

A CRISE E AS REFORMAS

Josaphat Marinho

A crise no mercado financeiro está proporcionando confusão injustificável. Diante do abalo no preço de títulos e das medidas administrativas adotadas pelo governo, amplia-se a turbulência e se quer transferir responsabilidade. Estimula-se o pânico, quando se deveria apelar para a serenidade. Pede-se união e são feitas acusações a partidos. As contradições mostram que o povo precisa ser devidamente esclarecido, para que possa fixar e defender o seu legítimo interesse, e não pretensões estranhas. Nessas horas, há sempre pescadores de águas turvas.

Em primeiro lugar, há que reconhecer o tremor no mercado financeiro. Honestamente, ninguém o nega. Corretamente, não se pode atribuí-lo ao governo do país. O problema tem raízes externas e resulta muito de especulação, num setor propício à ação de exploradores. A agitação se anunciava há algum tempo. As oscilações das bolsas asiáticas, sobretudo, prenunciavam tempestade. Economistas e financistas advertiam dos riscos, ponderando que nesse campo todas as fronteiras são vulneráveis. Daí a necessidade de cautelas. Mas autoridades governamentais acentuavam a inexistência de perigos, a segurança das barreiras estabelecidas.

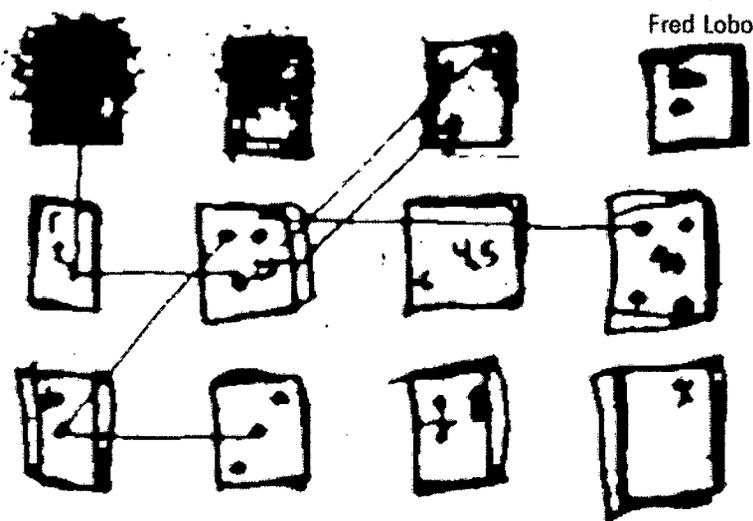
Se, apesar de tais declarações oficiais, o tremor aqui chegou e atingiu as bases do mercado, o dever de todos é ajudar a saída da dificuldade.

Embora o governo tenha adotado medidas amargas por sua responsabilidade exclusiva, o interesse geral reclama compreensão. Nos Estados Unidos, em situação de gravidade semelhante, o presidente da República, antes de adotar providências urgentes, convoca ao diálogo os líderes da oposição. Delineia o quadro de embaraços para justificar o procedimento excepcional, e assim obter apoio ou pelo menos condescendência. O espírito democrático divide responsabilidade, sem pedir tolerância. Aqui o governo aumentou a taxa de juros por decisão unilateral, alcançando toda a sociedade.

Não é hora de verificar responsabilidade por erros cometidos. O que interessa à sociedade é a retomada

da normalidade, para que os juros baixem, as operações comerciais não sejam perturbadas, o mercado em geral se estabilize. Para tanto não é necessário que se altere o funcionamento regular das instituições políticas. Lembre-se, ainda uma vez, o exemplo dos Estados Unidos: em plena Segunda Guerra mundial, a Constituição não foi alterada, e Roosevelt, candidato à reeleição, teve que suportar a crítica e a oposição de seus adversários. As dificuldades não anularam as liberdades fundamentais. As instituições se criam exatamente para assegurar o equilíbrio, inclusive nos momentos de comoção.

Ora, as reformas constitucionais mais vinculadas ao domínio econô-



Fred Lobo

mico e financeiro já foram votadas. Modificou-se a Constituição para suprimir ou reduzir o regime do monopólio estatal, atingindo sobretudo a Petrobras, a Vale do Rio Doce e as empresas de comunicação. Alterou-se a disciplina das empresas nacionais e estrangeiras, para facilitar o ingresso do capital externo. Dessas reformas o governo vem extraindo conseqüências. As emendas pendentes dizem respeito à previdência, à administração, à reforma tributária. As duas primeiras somente podem ter efeitos secundários, e não essenciais, no mecanismo do mercado financeiro. A emenda sobre o sistema tributário se encontra na Câmara dos Deputados, sem andamento regular, com a concordância do governo, que pretende, até, substituir ou rever o sistema proposto. Além disso, o presidente da República, em entrevista a *Veja*, declarou, expressamente, que as reformas constitucionais não eram essenciais à vida econômica. Acentuou, mesmo: "Elas são importantes, mas dizer que o Real depende delas é mentira".

Logo, não é correto que se pretenda, agora, estrangular a ação do Congresso Nacional, em nome da crise. Concorrer para vencê-la é certo. O interesse coletivo, porém, não admite disfarce ou artifícios, prejudiciais à verdade.